



Prova Objetiva – Nível Superior

# AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4:30 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

## Conhecimentos Gerais

Texto 1 – Alterar o ECA independe da situação carcerária  
(*O Globo*, Opinião, 23/06/2015)

Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc. Um levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra que, em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis; conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades e, em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual.

Assim como os presídios, os centros não regeneram. Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade. Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições das unidades socioeducativas para os menores de idade. Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade.

O raciocínio segundo o qual as más condições dos presídios desaconselham a redução da maioria penal consagra, mais do que uma impropriedade, uma hipocrisia. Parte de um princípio correto – a necessidade de melhorar o sistema penitenciário do país, uma unanimidade – para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções.

Falso. A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes. A hipocrisia está em obscurecer que, se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de “proteção” ao menor consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente também os tem. E numa dimensão que implica dar anteparo a jovens envolvidos em atos violentos, não raro crimes hediondos, cientes do que estão fazendo e de que, graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam.

Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse. As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes são questões distintas, e pedem, cada uma em seu âmbito específico, soluções apropriadas. No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da imputabilidade, sem prejuízo de melhorar o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA. Uma ação não invalida a outra. Na verdade, as duas são necessárias e imprescindíveis.

### 1

Considerando o conjunto do texto 1, o título “Alterar o ECA independe da situação carcerária” representa:

- (A) uma opinião que se choca com a do autor do texto;
- (B) um argumento favorável à redução da maioria penal;
- (C) um contra-argumento que é explicitado no corpo do texto;
- (D) uma tese apoiada em argumentos de autoridade;
- (E) um argumento que se apoia na intimidação do leitor.

### 2

Na progressão do texto 1 há uma série de segmentos em que a relação entre a situação de menores infratores e a de prisioneiros adultos é estabelecida; o segmento em que essa relação está ausente é:

- (A) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (C) “...em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis;”
- (D) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (E) “A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos ou internos são indistintamente inexistentes”.

### 3

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc.”.

Nesse segmento do primeiro parágrafo do texto 1, o emprego da forma ETC. indica que:

- (A) a enumeração inclui todas as mazelas dos presídios;
- (B) além das falhas graves nos procedimentos de reinclusão social há outras falhas graves em outros procedimentos que foram esquecidas;
- (C) mazelas de menor importância não foram citadas;
- (D) problemas de maior relevância não foram citados por não ser esse o melhor momento para fazê-lo;
- (E) a lista de elementos citados não inclui a totalidade das mazelas dos presídios para adultos.

### 4

Na estruturação do texto 1, a função do primeiro parágrafo é:

- (A) mostrar que a situação dos centros de internação de menores é caótica e que, por isso mesmo, não podem receber mais delinquentes;
- (B) indicar uma crítica ao sistema penitenciário que antecipa a rejeição da redução da maioria penal;
- (C) denunciar falhas na rede de instituições do ECA, idênticas às dos adultos, a fim de que se negue força ao argumento de que a situação carcerária desaconselharia a redução da maioria penal;
- (D) apoiar a ideia de que a redução da maioria penal não deve fazer com que menores delinquentes sejam internados junto a adultos;
- (E) criticar o desapareço das autoridades diante de problemas carcerários que afetam tanto os menores quanto os adultos.

**5**

A linguagem empregada no texto 1 exemplifica tanto a linguagem lógica como a linguagem figurada; o segmento em que ocorrem somente casos de linguagem lógica é:

- (A) "...não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual";
- (B) "...locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade";
- (C) "Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse";
- (D) "No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da inimizabilidade...";
- (E) "...conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades...".

**6**

No texto 1 há um grupo de vocábulos com sentido negativo produzido pela presença do prefixo IM/IN/I; a opção em que esse prefixo apresenta esse sentido nos dois vocábulos é:

- (A) inadiáveis / internação;
- (B) infratores / instituições;
- (C) impropriedade / indistintamente;
- (D) inexistentes / implicar;
- (E) iniciativas / inimputabilidade.

**7**

No texto 1, há duas oportunidades em que o autor empregou dois pontos(:):

1 – "...as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação...";

2 – "...para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes...".

Sobre essas duas ocorrências desses sinais de pontuação, a afirmação correta é:

- (A) as duas ocorrências precedem enumerações;
- (B) as duas ocorrências introduzem exemplificações;
- (C) as duas ocorrências mostram explicações;
- (D) só a primeira ocorrência introduz uma explicação;
- (E) só a segunda ocorrência prepara uma explicação.

**8**

A substituição do termo destacado por um adjetivo é INADEQUADA em:

- (A) "internação de menores" / internação juvenil;
- (B) "peças de ficção" / peças fictícias;
- (C) "mundo da criminalidade" / mundo criminal;
- (D) "adequação da legislação" / adequação legislativa;
- (E) "condições dos presídios" / condições presidiárias.

**9**

"Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos"; a frase abaixo em que se repete o mesmo sentido do vocábulo sublinhado é:

- (A) Os menores têm mesmo que pagar por seus crimes.
- (B) Os crimes são punidos pela mesma lei de antigamente.
- (C) É mesmo verdade que as leis irão mudar?
- (D) Os dois presídios têm as mesmas condições.
- (E) As celas são abertas pela mesma chave.

**10**

O texto entre aspas que exemplifica adequadamente o problema dos presídios destacados no primeiro parágrafo do texto 1 é:

- (A) Superpopulação – "Os presos são divididos em vários grupos e cada grupo só tem direito a banho de sol de quinze minutos".
- (B) Maus-tratos – "Os presos são obrigados a permanecer em fila durante a revista diária e, só após o toque da sirene, podem ir para as celas".
- (C) Desprezo por ações de educação – "Os prisioneiros fazem as refeições em conjunto e nem sempre as normas de polidez à mesa são seguidas".
- (D) Conservação e higiene são peças de ficção – "Ao serem libertados, os prisioneiros sofrem preconceitos quando se apresentam para empregos".
- (E) Leniência com iniciativas que visem à correção – "Os presos que se rebelam por algum motivo são levados para as solitárias, onde ficam às vezes por vários dias".

**11**

Ao citar o levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o autor do texto 1 tem a finalidade argumentativa de:

- (A) demonstrar a atualidade das informações prestadas;
- (B) indicar a seriedade do tema tratado;
- (C) valorizar a precisão da informação dada;
- (D) mostrar a polêmica motivada pelo tema;
- (E) criticar a incúria das autoridades.

**12**

O segmento do texto 1 em que está ausente uma estrutura de base comparativa é:

- (A) "Assim como os presídios, os centros não regeneram";
- (B) "As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes...";
- (C) "Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos";
- (D) "...legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade";
- (E) "...se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de proteção ao menos consagrada no ECA também os tem".

**13**

“Assim como os presídios, os centros não regeneram”; a forma de reescrever-se esse período do texto 1 que mostra uma possibilidade de mudança de sentido é:

- (A) os centros não regeneram, assim como os presídios;
- (B) os centros, assim como os presídios, não regeneram;
- (C) os presídios, tais quais os centros, não regeneram;
- (D) os centros não regeneram tanto quanto os presídios;
- (E) tanto os presídios quanto os centros não regeneram.

**14**

A seção de jornal de onde foi retirado o texto denomina-se *Opinião*; no caso do texto 1, a opinião que é estruturalmente a mais importante é a de que:

- (A) não se pode aceitar o argumento, contrário à redução da maioria penal, de que a situação carcerária impede essa redução;
- (B) é urgente em todo o país a melhora do sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA;
- (C) nas unidades de internação ocorre um aprendizado do crime pelos que são réus primários;
- (D) o ECA é um estatuto superado, pois desconhece os próprios problemas, protegendo os menores de forma paternalista e esquizofrênica;
- (E) é inadiável a obtenção de soluções apropriadas para a violência de jovens delinquentes, que só pode ser obtida pela redução da maioria penal.

**15**

Em algumas passagens do texto 1 o autor emprega construções com voz passiva, o que traz a vantagem de omitir-se o agente da ação; a frase abaixo que NÃO exemplifica essa estratégia, por não estar na voz passiva, é:

- (A) “...graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam”;
- (B) “...em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (D) “A realidade mostra que as ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes”;
- (E) “Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária...”.

**16**

“...que seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções”.

Nesse segmento do texto 1, a forma sublinhada indica:

- (A) uma reafirmação de algo dito anteriormente;
- (B) uma retificação de erro cometido pelo autor;
- (C) uma observação enfática sobre um ponto argumentativo;
- (D) uma oposição a outra opinião contrária;
- (E) uma ironia sobre declarações do ECA.

**17**

“Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, ai incluída a melhoria das condições socioeducativas para os menores de idade”.

A afirmação correta sobre o termo “ai” é:

- (A) indica o local da reforma geral onde deve ser incluída a melhoria pretendida;
- (B) refere-se ao termo “reforma geral da política penitenciária”, de forma a retomá-lo na frase seguinte;
- (C) é um termo anafórico, substituindo o termo “questão”, citado anteriormente no mesmo segmento;
- (D) funciona como um conectivo de forma coloquial, correspondendo à conjunção aditiva E;
- (E) mostra uma indicação de tempo, referindo-se ao momento da produção da reforma geral.

**18**

A passagem do texto 1 em que o termo sublinhado tem uma forma equivalente corretamente indicada é:

- (A) “Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação...” / no entretanto;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”. / Desse modo;
- (C) “...reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos:...” / em relação a;
- (D) “...superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, ...” / em função de;
- (E) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos...” / na verdade.

**19**

Diante do leitor, a voz do autor do texto 1 é:

- (A) autoritária, pois mostra suas opiniões como certezas;
- (B) politicamente aliciadora, pois tenta convencer por meio de falácias argumentativas;
- (C) intimidadora, pois desconsidera intelectualmente os que participam de sua opinião;
- (D) sedutora, pois tenta manipular argumentos para que os leitores possam ficar convencidos;
- (E) pouco efetiva, pois o texto carece de conclusão que indique solução para o problema levantado.

**20**

O autor do texto fala do paternalismo e da esquizofrenia do ECA; no texto 1, o termo sublinhado se refere a(à):

- (A) distúrbios mentais graves;
- (B) dissociação das funções psíquicas;
- (C) perda de contato com a realidade;
- (D) problemas de afetividade;
- (E) hipocondria e regressão.

**21**

“...seria contraproducente enviar jovens delinquentes a presídios”; se desenvolvermos a oração reduzida desse segmento do texto 1, a forma adequada seria:

- (A) que se enviasse jovens delinquentes a presídios;
- (B) que se enviem jovens delinquentes a presídios;
- (C) que se enviassem jovens delinquentes a presídios;
- (D) que enviemos jovens delinquentes a presídios;
- (E) que se envie jovens delinquentes a presídios.

**22**

“Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”.

A afirmativa correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) o adjetivo “falso” indica uma opinião do autor;
- (B) a conjunção E está unindo dois termos sinônimos;
- (C) a forma verbal “equivale” deveria ser substituída por “equivalem”;
- (D) o adjetivo “paralisado” está no masculino porque concorda com “autor”;
- (E) a forma “do”, antes de ECA, deveria perder o artigo, já que uma sigla não tem gênero.

**23**

Nos pares abaixo, o adjetivo que NÃO pode ser classificado entre os adjetivos de relação é:

- (A) maioria penal;
- (B) violência sexual;
- (C) reforma geral;
- (D) más condições;
- (E) sistema penitenciário.

**24**

O segmento do texto 1 em que a conjunção E une termos que, no contexto, podem ser vistos como redundantes é:

- (A) “conservação e higiene são peças de ficção”;
- (B) “melhorar as condições de detentos e internos”;
- (C) “o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA”;
- (D) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia”;
- (E) “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

## Conhecimentos Específicos

**25**

Uma determinada entidade está sendo investigada após denúncias de envolvimento de funcionários em esquemas de corrupção e desvios de verbas. Com isso, o conselho de administração da entidade solicitou uma auditoria para determinar se as atividades financeiras e operacionais do segmento de distribuição estão obedecendo às regras que lhe são aplicáveis.

Esse tipo de auditoria solicitada pelo conselho de administração da entidade é denominado auditoria:

- (A) contábil;
- (B) de gestão;
- (C) de processos;
- (D) especial;
- (E) operacional.

**26**

De acordo com a NBC TA que trata da estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção, nesses trabalhos o auditor independente expressa uma conclusão com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos outros usuários previstos acerca do resultado de avaliações ou mensurações efetuadas. O trabalho de asseguarção requer a consideração de alguns elementos. Das opções a seguir, a que NÃO constitui um dos elementos do trabalho de asseguarção é:

- (A) critérios adequados;
- (B) evidências apropriadas e suficientes;
- (C) objeto apropriado;
- (D) relatório de asseguarção escrito na forma apropriada;
- (E) relacionamento entre, pelo menos, duas partes (contratante e auditor).

**27**

Ao elaborar um contrato com uma empresa de auditoria independente, a entidade que seria auditada pela primeira vez incluiu no contrato uma cláusula acerca do trabalho a ser feito. A cláusula mencionava que, após o trabalho, o parecer deveria assegurar de forma incontestável que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Essa cláusula é considerada inadequada em decorrência do(a):

- (A) limitação do escopo da auditoria;
- (B) limitação inerente à auditoria;
- (C) risco de distorção relevante;
- (D) risco de controle;
- (E) risco inerente.

**28**

Uma determinada firma de auditoria iniciou os trabalhos em uma entidade, a partir de um contrato que prevê execução de auditoria por cinco anos. Um dos auditores, ao executar o trabalho de auditoria inicial nessa entidade, atestou argumentos apresentados pela empresa auditada de tal forma a indicar comprometimento da objetividade do seu trabalho.

O posicionamento do auditor constitui ameaça à independência em decorrência de:

- (A) autorrevisão do trabalho;
- (B) defesa de interesse do cliente;
- (C) familiaridade;
- (D) intimidação profissional;
- (E) interesse próprio.

**29**

O contador está envolvido em um esquema de desfalques no caixa da empresa em que trabalha. A empresa mantém contas nos bancos X e Y. Com o objetivo de encobrir falta de dinheiro na conta do banco X, o contador deposita em 31/12 a quantia que faltava nessa conta, por meio de cheque da conta do banco Y. Porém, o cheque só foi registrado como desembolso na conta do banco Y em janeiro do ano seguinte. Na reconciliação bancária a falta de dinheiro no caixa é temporariamente ocultada em decorrência do tempo de compensação do cheque. Nos trabalhos de auditoria, esse tipo de desfalque é denominado:

- (A) desfalque encoberto;
- (B) desfalque sistêmico;
- (C) encaixe;
- (D) *kiting*;
- (E) *lapping*.

**30**

Na determinação da extensão dos testes de auditoria, em geral, o auditor emprega técnicas de amostragem, porém essas apresentam alguns riscos. Acerca dos riscos de amostragem, avalie as afirmativas a seguir.

- I) O nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar dos resultados afeta o tamanho da amostra.
- II) O auditor está sujeito aos riscos de amostragem tanto nos testes substantivos quanto nos testes de observância.
- III) Os riscos de superavaliação de confiabilidade e o risco de aceitação incorreta afetam a eficiência da auditoria, pois em geral conduzem o auditor a realizar trabalhos adicionais.
- IV) Os riscos de subavaliação da confiabilidade e o risco de rejeição incorreta afetam a eficácia da auditoria e têm mais probabilidade de conduzir a uma conclusão errônea.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente II e III;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

**31**

A auditoria operacional consiste em revisões metódicas de um conjunto de fatores organizacionais em entidades do setor público ou do setor privado, e um dos objetivos é avaliar o cumprimento dos objetivos da organização.

Considerando os objetivos e as estratégias da auditoria operacional, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a avaliação de indicadores não monetários está entre os objetivos da auditoria operacional;
- (B) a revisão limitada é uma das formas de auditoria operacional;
- (C) a auditoria operacional pode ser considerada um tipo de controle gerencial;
- (D) a auditoria operacional deve focar situações empresariais de maior risco para a continuidade dos negócios;
- (E) ao final de uma auditoria operacional, o auditor deve emitir um parecer com a sua opinião acerca dos fatos examinados.

**32**

De acordo com a NBC TA 230, que trata da documentação de auditoria, os papéis de trabalhos fornecem evidências relativas ao cumprimento do objetivo global do auditor e da conformidade do planejamento e execução da auditoria. No que tange aos papéis de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) os registros relativos ao planejamento da auditoria não são considerados papéis de trabalho, mas apenas aqueles preparados pelo auditor durante a execução da auditoria;
- (B) não se recomenda a inclusão de resumos ou cópias de registros da entidade na documentação de auditoria, pois esses documentos podem ser facilmente acessados;
- (C) o auditor não precisa manter na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis;
- (D) quando apresentados de forma detalhada, os papéis de trabalho podem substituir alguns registros contábeis da entidade;
- (E) a conclusão da montagem dos arquivos de auditoria deve ser tempestiva, admitindo-se uma diferença máxima de 30 dias após a data do relatório do auditor.

**33**

Durante a execução do trabalho de auditoria em uma determinada empresa, um auditor detectou que uma aquisição de mercadorias a prazo realizada em dezembro de 2012 só foi registrada quando do efetivo pagamento, no exercício seguinte. Em consequência disso, as contas de fornecedores a pagar e mercadorias para revenda apresentaram distorções no exercício de competência.

Nessa situação os testes realizados pelo auditor são:

- (A) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de passivo;
- (B) teste principal para superavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo;
- (C) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de passivo;
- (D) teste principal para subavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo;
- (E) teste principal para subavaliação de passivo e teste secundário para superavaliação de ativo.

**34**

A concepção doutrinária do princípio da unidade é que o orçamento deve ser uno, ou seja, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento. A análise desse princípio, quanto às disposições constitucionais e legais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, permite afirmar que:

- (A) a divisão da LOA em múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – fere diretamente o princípio da unidade;
- (B) a existência do orçamento de investimento das estatais fere explicitamente o princípio da unidade, apesar de não constituir efetivamente um orçamento;
- (C) a ocorrência de situações de urgência e calamidade pública são justificativas para permitir a existência de orçamentos paralelos;
- (D) a consolidação dos múltiplos orçamentos não atenua o descumprimento do princípio da unidade;
- (E) os múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – seguem a concepção da totalidade orçamentária.

**35**

O ciclo de aprovação, execução, controle e prestação de contas do orçamento público apresenta uma série de etapas com suas competências. Associe os órgãos/poderes e suas respectivas competências no ciclo orçamentário.

- |                                    |  |
|------------------------------------|--|
| (1) Controle interno               | ( ) Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária        |
| (2) Órgão central de contabilidade | ( ) Elaboração do quadro de detalhamento da despesa  |
| (3) Órgão central de planejamento  | ( ) Elaboração da proposta de Programação Financeira |
| (4) Unidade Orçamentária           | ( ) Execução do Orçamento                            |
|                                    | ( ) Acompanhamento, avaliação e correção de rumos    |

A associação correta é:

- (A) 3 - 3 - 2 - 4 - 1;
- (B) 3 - 2 - 1 - 4 - 2;
- (C) 4 - 3 - 2 - 3 - 1;
- (D) 4 - 3 - 2 - 2 - 1;
- (E) 2 - 1 - 3 - 4 - 2.

**36**

O Plano Plurianual (PPA) é considerado uma inovação na Constituição Federal de 1988 em termos de orçamento, que estabeleceu seus objetivos e conteúdos. Acerca do PPA, avalie as afirmativas a seguir.

- I) O PPA deve estabelecer metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- II) No PPA federal, como programas de duração continuada, têm sido considerados apenas ações de natureza finalística.
- III) Os critérios de regionalização dos objetivos das políticas a serem definidas no PPA devem ser regulamentados em Lei Complementar.
- IV) A avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual é competência exclusiva do Poder Legislativo.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

**37**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista na Constituição Federal e deve ser elaborada a partir das definições do PPA e também orientar a elaboração da LOA. Acerca da LDO, é correto afirmar que:

- (A) as metas de apuração da receita corrente líquida serão definidas na LDO;
- (B) a realização de audiências públicas para discussão da LDO é facultativa;
- (C) a LDO deverá conter demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias;
- (D) a LDO elaborada no primeiro ano de mandato não é baseada em PPA previamente aprovado;
- (E) um dos conteúdos da LDO é a definição das políticas de aplicação das agências financeiras de investimento.

**38**

Uma descrição típica para uma Lei Orçamentária Anual do município de São Paulo seria: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício financeiro de \_\_\_\_ e dá outras providências”. Uma providência que pode ser dada na LOA sem ferir o princípio da exclusividade é:

- (A) autorização para contratação de operações de créditos;
- (B) definição de critérios e forma de limitação de empenho;
- (C) definição sobre forma de utilização da reserva de contingência;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) estabelecimento de limite para abertura de créditos adicionais especiais.

**39**

## Quadro I

Os dados a seguir foram obtidos junto ao Sistema de Contabilidade em um município do Estado de São Paulo, relativo a um determinado exercício e estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior	16.300,00
Excesso de arrecadação	28.500,00
Créditos adicionais especiais reabertos no exercício	5.400,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	11.200,00
Créditos adicionais suplementares abertos no exercício	9.100,00
Operações de crédito por antecipação da receita	7.800,00
Recursos de dotações para anulação	9.500,00
Recursos de convênios não vinculados não previstos na LOA	7.000,00
Recursos de reserva de contingência	12.000,00
Recursos decorrentes de vetos na LOA	4.900,00

O objetivo da solicitação das informações do Quadro I foi verificar recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais. Considerando as disposições legais e os dados apresentados, o montante disponível é:

- (A) 86.000,00;
- (B) 78.500,00;
- (C) 78.200,00;
- (D) 69.400,00;
- (E) 61.600,00.

**40**

## Texto 1

“A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo federal para 2015 foi aprovada na quarta-feira (17 de dezembro), pelo Congresso Nacional.

[...] Pela proposta, os congressistas terão direito a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União; R\$ 9,7 bilhões na proposta orçamentária”.

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/lei-de-diretrizes-orcamentarias-de-2015-e-aprovada> (17/12/2014).

## Texto 2

“O Congresso Nacional aprovou, na terça-feira (17 de março), o Orçamento da União de 2015.

[...] Uma das novidades [...] é a inclusão de emendas individuais para os 265 parlamentares empossados em fevereiro, no valor de R\$ 10 milhões por parlamentar. Desse total, 50% deve ser destinado à área da saúde.”

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/orcamento-de-2015-e-aprovado-pelo-congresso> (18/03/2015).

A partir das informações dos textos 1 e 2 e das implicações para a elaboração e execução do orçamento, é correto afirmar que:

- (A) a arrecadação de receitas tributárias será afetada pelas disposições sobre o orçamento impositivo;
- (B) a LDO e a LOA federal para o exercício de 2015 não apresentaram integração adequada;
- (C) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram afetados;
- (D) houve descumprimento do princípio orçamentário da anualidade;
- (E) os recursos destinados às emendas individuais dos parlamentares afetarão a apuração do resultado primário.

**41**

Um instrumento de planejamento de um ente da federação apresenta o seguinte trecho: “Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.”

A autorização referida no trecho deve ser disposta no(a):

- (A) Cronograma de execução mensal de desembolso;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Lei de créditos adicionais;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Plano Plurianual.



**42**

Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- (A) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- (B) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- (C) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- (D) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- (E) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

**43**

De acordo com o art. 11 da Lei Orgânica do Município de São Paulo "qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo".

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que disciplinou os requisitos de admissibilidade e processamento para essas denúncias, é correto afirmar que:

- (A) são admitidas somente denúncias cujo autor esteja identificado, vedando-se o anonimato;
- (B) o denunciante está dispensado de apresentar provas ou indícios da ilegalidade ou irregularidade noticiada;
- (C) constatada a existência de irregularidade durante a apuração, os responsáveis serão sumariamente condenados pelo tribunal, dispensando-se o contraditório nos casos de denúncia;
- (D) concluída a fase instrutória, os autos poderão ser submetidos a qualquer dos órgãos colegiados (tribunal pleno ou câmaras);
- (E) uma vez recebida e conhecida pelo relator, não pode o tribunal determinar o arquivamento de denúncia inepta.

**44**

As transferências voluntárias da União para estados e municípios realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria fazem parte de um sistema de cooperação para execução de ações de interesse recíproco, financiadas majoritariamente com recursos do orçamento federal. Suponha que a União, por meio do Ministério da Cultura, transfira voluntariamente, mediante convênio, recursos para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para financiar um projeto na área de preservação da memória. O município cofinancia a ação por meio do aporte de uma contrapartida de 10% do total do ajuste.

Quanto à jurisdição dos órgãos de controle externo, é correto afirmar que:

- (A) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União a fiscalização do ajuste, pois os recursos são majoritariamente federais;
- (B) há uma competência concorrente do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas da União, de forma autônoma e independente;
- (C) compete ao Tribunal de Contas do Município fiscalizar somente a aplicação dos recursos da contrapartida do ajuste;
- (D) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município a fiscalização do ajuste, pois os recursos têm como destino o orçamento do município;
- (E) o Tribunal de Contas do Município pode fiscalizar o ajuste desde que previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante acordo de cooperação.

**45**

A Lei Orgânica do Município de São Paulo atribui ao Tribunal de Contas do município competência para realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo do município, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Essas auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio Tribunal ou se solicitadas:

- (I) pela Câmara Municipal de São Paulo;
- (II) por comissões da Câmara Municipal ou por vereador no cumprimento de seu mandato;
- (III) pelo prefeito do município;
- (IV) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- (V) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do município.

A opção que contém apenas legitimados a requerer auditorias ao Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município, é:

- (A) (I) e (II);
- (B) (I) e (V);
- (C) (II) e (IV);
- (D) (III) e (IV);
- (E) (III) e (V).

**46**

Sobre os processos de contas anuais, de acordo com as disposições de seu regimento interno, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) ao julgar suas próprias contas, emitirá juízo conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;
- (B) não admite recurso contra o acórdão que aprovar o parecer sobre as contas do prefeito;
- (C) tomará as contas do prefeito caso não sejam apresentadas no prazo previsto na Lei Orgânica do Município;
- (D) julgará as contas da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;
- (E) apreciará, mediante parecer prévio, as contas das entidades da administração indireta do Município.

**47**

Similarmente à Constituição da República, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estipula que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Sobre o relacionamento desse sistema de controle interno com o Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) o controle interno do Poder Legislativo, se solicitado pelo Tribunal de Contas do Município, pode realizar auditorias e inspeções em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (B) por operar autonomamente, o órgão de controle interno do Poder Executivo não está sujeito a realizar auditorias por solicitação do Tribunal de Contas do Município;
- (C) somente o Tribunal de Contas do Município pode realizar auditorias operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (D) as auditorias realizadas no âmbito do sistema de controle interno restringem-se a órgãos e entidades públicos;
- (E) o controle interno deve apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

**48**

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

De acordo com a Declaração de Lima, é atividade considerada típica e indispensável de uma EFS:

- (A) a realização de pré-auditorias;
- (B) a realização de pós-auditorias;
- (C) a realização de auditorias estritamente nas operações previstas no orçamento;
- (D) o estabelecimento de procedimentos operacionais para a administração pública;
- (E) o estabelecimento de normas de auditoria para o setor governamental.

**49**

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

A Seção 3 da Declaração de Lima trata de preceitos aplicáveis aos serviços de auditoria interna e externa.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- (I) As entidades fiscalizadoras superiores são serviços de auditoria externa.
- (II) Apesar de o serviço de auditoria interna ser subordinado ao chefe do departamento no qual foi estabelecido, ele deve ser, na medida do possível, funcional e organizacionalmente independente.
- (III) Incumbe aos responsáveis pelo serviço de auditoria externa avaliar a eficácia dos serviços de auditoria interna.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente (I);
- (B) somente (I) e (II);
- (C) somente (I) e (III);
- (D) somente (II) e (III);
- (E) (I), (II) e (III).

**50**

O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO, na sigla em inglês) apresentou, em 1992, um modelo amplamente aceito para o estabelecimento de controles internos denominado “Controle Interno – Estrutura Integrada” – aplicável a entidades de grande, médio e pequeno portes, com ou sem fins lucrativos, bem como ao setor público –, que ficou popularmente conhecido como COSO I.

Segundo esse modelo, controle interno:

- (A) é um processo de trabalho que deve ficar a cargo da unidade de auditoria interna de cada entidade;
- (B) é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por pessoas da organização;
- (C) é um processo que consiste de tarefas que devem ser realizadas ao menos uma vez em cada exercício financeiro;
- (D) visa proporcionar certeza de que os objetivos da entidade serão alcançados;
- (E) não auxilia a organização a prever eventos externos que possam afetar negativamente o alcance de seus objetivos.

**51**

Determinado município iniciou processo licitatório para, na modalidade pregão, contratar sociedade empresária para fornecer à municipalidade determinado material escolar, cujo padrão de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Durante a chamada fase externa do pregão, aberta a sessão pública, os interessados entregaram os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos. Assim, verificou-se que os cinco licitantes participantes apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município, da seguinte forma: 50 mil, 52 mil, 53 mil, 54 mil e 58 mil reais. Passo seguinte, levando em consideração o que dispõe a Lei nº 10.520/02, o pregoeiro deve:

- (A) oportunizar ao autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (B) oportunizar a todos os licitantes que apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (C) proceder ao imediato julgamento e classificação das propostas, adotando o critério de menor preço, e convocar o licitante que ofertou 50 mil reais para assinar o contrato;
- (D) proceder à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação dos três licitantes que apresentaram as melhores propostas, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- (E) declarar vencedor o licitante que fez a oferta de menor valor (50 mil reais), homologar a licitação e adjudicar ao vencedor o objeto da licitação, assinando com ele o contrato administrativo.

**52**

Rafael é servidor público ocupante de cargo efetivo de Técnico Administrativo do Poder Executivo municipal. Por meio de uma portaria assinada pelo Prefeito, Rafael foi cedido para o Poder Legislativo do mesmo município, para exercer a função de chefe de gabinete de Vereador, no período de 01/06/14 até 01/06/16. Em meados de 2015, por necessidade do serviço, o Prefeito expediu nova portaria revogando a cessão de diversos servidores (dentre eles, a de Rafael) a órgãos estranhos ao executivo municipal e determinando seu retorno ao órgão de origem, em 30 dias. Inconformado, Rafael impetrou mandado de segurança, pleiteando a manutenção de sua cessão à câmara municipal até o dia 01/06/16. A pretensão de Rafael merece ser julgada:

- (A) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir, pelo princípio da proporcionalidade, que a contribuição do servidor cedido à Câmara, no caso concreto, é mais importante que a alegação de necessidade de pessoal no executivo;
- (B) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo vinculado e, por tal razão, o Poder Judiciário pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (C) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) improcedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas a sua legalidade (e não o seu mérito) e o Prefeito pode revogar a cessão antes do prazo final, por motivos de oportunidade e conveniência, que atendam ao interesse público;
- (E) improcedente, eis que, apesar de a revogação da cessão ser um ato administrativo vinculado e, por isso, tanto a Administração quanto o Poder Judiciário, podem analisar o seu mérito, revisando os valores de oportunidade e conveniência na manutenção do ato, na hipótese em tela deve ser respeitada a supremacia do Poder Executivo.

**53**

A Lei Federal nº 11.079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. De acordo com tal lei, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- (A) para a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- (B) que preveja o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- (C) que contenha cláusula dispondo sobre a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- (D) para a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;
- (E) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**54**

Fortes chuvas, imprevisíveis para esta época do ano, assolaram determinado município do interior do Estado, dando causa a estado de emergência e de calamidade pública, com a destruição parcial de alguns bairros. Em razão de alagamentos, enchentes e desmoronamentos, a Defesa Civil interditou diversas pontes e vias públicas. Caracterizada a urgência de atendimento de situação que podia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, o Prefeito realizou diversas contratações diretas não precedidas de licitação. Para que tais contratações estejam revestidas de legalidade, devem ter sido efetivadas mediante processo administrativo de:

- (A) dispensa de licitação e possuir valor global de até 20% (vinte por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, bem como não podem ser referentes a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- (B) dispensa de licitação e se referir somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (C) dispensa de licitação e estar de acordo com o preço de mercado, se referindo somente aos bens necessários ao atendimento da situação de urgência e para obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (D) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, sendo o prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida uma prorrogação dos respectivos contratos;
- (E) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, se referindo a parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

**55**

Antônio é servidor público estatutário municipal estável ocupante de cargo efetivo. Após estudos estratégicos sobre pessoal, realizados pela Secretaria Municipal de Administração, foi editada lei municipal extinguindo alguns cargos do Poder Executivo, dentre eles o ocupado por Antônio. De acordo com a disciplina constitucional que rege a matéria, Antônio:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) será promovido, por critério de ascensão, a outro cargo efetivo existente, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) será reconduzido a outro cargo efetivo que exija mesma escolaridade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) será reintegrado a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário, mantida sua remuneração;
- (E) ficará em readaptação a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário.

**56**

Determinado município contratou, após regular processo licitatório, sociedade empresária para construir uma escola municipal. Ocorre que a contratada reiteradamente não vem cumprindo as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos acordados. Tendo por base as normas previstas na Lei nº 8.666/93, em especial aquelas sobre inexecução e rescisão de contratos administrativos, a Administração Pública municipal contratante poderá rescindir o contrato por ato escrito e:

- (A) unilateral, com a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- (B) unilateral, com o decreto da indisponibilidades de bens da contratada (e, se preciso, de seus sócios), até o limite do prejuízo causado à Administração;
- (C) bilateral, com a proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 8 (oito) anos e o integral ressarcimento dos danos ao erário;
- (D) bilateral, com o integral ressarcimento dos danos ao erário e a suspensão dos direitos políticos dos sócios administradores da sociedade empresária;
- (E) bilateral, com a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 8 (oito) anos.

**57**

Tanto as Organizações Sociais como as Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem tal qualificação pelo Poder Público, uma vez preenchidos os requisitos legais. Conhecendo as peculiaridades que distinguem as Organizações Sociais (OS's) das Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público (OSCIP's), é correto afirmar que:

- (A) as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e das OSCIP's são definidas por meio de contrato de gestão, enquanto que o vínculo das OS's com a Administração Pública é estabelecido por meio de termo de parceria;
- (B) as OS's recebem ou podem receber delegação para a gestão de serviço público, enquanto as OSCIP's exercem atividade de natureza privada (serviços sociais não exclusivos do Estado), com a ajuda do Estado;
- (C) ao contrário do que ocorre com as OS's, são passíveis de qualificação como OSCIP's as cooperativas, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- (D) as OS's já são fundadas com a qualificação jurídica de organização social em seu estatuto social, enquanto que as OSCIP's somente recebem tal título por força de lei específica, após comprovarem os requisitos legais;
- (E) às OS's não poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, enquanto que as OSCIP's poderão receber tal aporte por atuarem visando ao interesse público.

**58**

Membros da comissão permanente de licitação de determinado Município fraudaram um certame, para favorecer sociedade empresária cujo sócio administrador é amigo íntimo de um dos membros da citada comissão. No caso em tela, os agentes públicos envolvidos afrontaram diretamente o princípio administrativo expresso no art. 37, *caput*, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- (A) razoabilidade;
- (B) competitividade;
- (C) economicidade;
- (D) isonomia;
- (E) impessoalidade.

**59**

A Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas pelo sistema de registro de preços. Nesse contexto, de acordo com o citado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) o registro de preços será precedido de pesquisa de mercado limitado à área territorial do ente federativo contratante;
- (B) os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial;
- (C) a validade do registro de preços não será superior a 6 (seis) meses;
- (D) somente a pessoa natural ou jurídica habilitada na licitação será parte legítima para impugnar o preço registrado;
- (E) o sistema de registro de preços será regulamentado por lei específica de cada ente federativo.

**60**

A Lei nº 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175, da Constituição da República. Com base no que dispõe tal lei, é hipótese de extinção da concessão a:

- (A) encampação, que é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
- (B) caducidade, que acontece por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- (C) rescisão, que somente pode ocorrer nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato, quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais concernentes à instalação e início do serviço concedido;
- (D) anulação, que ocorre quando a concessionária estiver prestando serviço de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- (E) revogação tácita, que se dá por ato unilateral devidamente fundamentado quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.

**61**

Gabriel, funcionário público que atua junto à Receita Federal instalada no aeroporto internacional de São Paulo, com função de controle dos produtos que ingressam no país, possui um acordo com a sociedade empresária em que trabalha seu filho no sentido de que não obstará a entrada de mercadorias estrangeiras proibidas em território nacional. No dia 02 de junho de 2015, colocou o acordo em prática, permitindo a entrada de animais silvestres comprados pela sociedade sem a devida autorização. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel praticou o crime de:

- (A) contrabando, em concurso de agentes;
- (B) facilitação de contrabando ou descaminho;
- (C) descaminho, em concurso de agentes;
- (D) descaminho, em tese, mas deve ser reconhecido o princípio da insignificância;
- (E) prevaricação.

**62**

O princípio da transparência fiscal traz a ideia de que toda atividade financeira deve se desenvolver com clareza e transparência, como forma de legitimação do Estado Social e Democrático de Direito. Visando dar aplicabilidade a esse princípio, a Lei nº 10.028/2000 introduziu os artigos 359-A até 359-H no Código Penal, trazendo os chamados Crimes contra as Finanças Públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que o crime de:

- (A) “*contratação de operação de crédito*” é classificado pela doutrina como tipo misto alternativo;
- (B) “*assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura*” proíbe que seja ordenada assunção de obrigação durante todo o último ano do mandato, se esta não puder ser paga no mesmo exercício financeiro;
- (C) “*ordenação de despesa não autorizada*” é classificado pela doutrina como norma penal em preto;
- (D) “*prestação de garantia graciosa*” é classificado pela doutrina como crime impróprio, já que o sujeito ativo não possui qualquer especial característica;
- (E) “*não cancelamento de restos a pagar*” é classificado pela doutrina como modalidade de crime comissivo impróprio.

**63**

José, juiz de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, depara-se com um processo em que figura na condição de ré uma grande amiga de infância de sua filha. Não havendo causa de impedimento ou suspeição, separa o processo para proferir, com calma, na manhã seguinte, uma sentença condenatória bem fundamentada, pois sabe que sua filha ficaria chateada diante de sua decisão. Ocorre que, por descuido, esqueceu o processo no armário de seu gabinete por 06 meses, causando a prescrição da pretensão punitiva. Considerando a hipótese narrada, é correto afirmar que a conduta de José:

- (A) é atípica, sob o ponto de vista do Direito Penal;
- (B) configura a prática do crime de prevaricação, pois presente o elemento subjetivo da satisfação de sentimento pessoal;
- (C) configura a prática do crime de condescendência criminosa;
- (D) configura a prática do crime de prevaricação, bastando para tanto o dolo genérico;
- (E) configura a prática do crime de corrupção passiva.

**64**

Por um período de 03 meses, Natan exerceu função pública, não recebendo, porém, qualquer remuneração pelo exercício dessa função. Durante o período, Natan concorreu culposamente para prática de um crime de peculato doloso por parte de Otávio, funcionário público estável que atuava no mesmo setor que Natan.

Sobre a hipótese narrada, é correto afirmar que Natan:

- (A) não poderá responder na condição de funcionário público, pois apenas exerceu a função transitoriamente;
- (B) apesar de funcionário público para efeitos penais, não poderá ser responsabilizado pela prática de crime, pois não existe previsão de peculato culposo;
- (C) não poderá responder na condição de funcionário público porque não recebeu remuneração, apesar de a transitoriedade, por si só, não afastar tal posição para fins penais;
- (D) poderá ser responsabilizado na condição de particular, em concurso de agentes, pelo crime de peculato praticado por Otávio;
- (E) poderá ser responsabilizado como funcionário público pela prática do crime de peculato culposo, sendo que eventual reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extinguirá sua punibilidade.

## Conhecimentos Especializados

**65**

Pontes, Switches e Roteadores são dispositivos que operam em camadas específicas do Modelo OSI e que utilizam fragmentos de informações diferentes para decidir como realizar a comutação em redes de computadores.

Esses dispositivos de comutação operam, respectivamente, nas camadas:

- (A) enlace, rede e rede;
- (B) enlace, enlace e rede;
- (C) rede, enlace e rede;
- (D) rede, física e enlace;
- (E) enlace, rede e enlace.

**66**

Redes locais de computadores admitem diversas topologias. Analise as características a seguir:

I. Todos os dispositivos compartilham o meio de transmissão de maneira que, sempre que um deles envia uma mensagem, esta se propaga ao longo da rede de forma que todos os nós escutam a mensagem.

II. Em qualquer instante, no máximo uma máquina desempenha a função de mestre e pode realizar uma transmissão.

III. Um mecanismo de arbitragem para resolver conflitos precisa ser utilizado para controlar quando duas ou mais máquinas fazem uma transmissão simultaneamente.

A topologia de rede que possui essas características é:

- (A) barramento;
- (B) estrela;
- (C) anel;
- (D) árvore;
- (E) laço completo.

**67**

A hora local e o avanço do tempo são informações necessárias para o funcionamento de muitas aplicações em um computador. Em uma rede de computadores ou na Internet, a indicação da hora certa também tem grande importância, pois a troca de informações entre dispositivos pode ser comprometida se os relógios de cada um deles não estiverem em sincronia.

O protocolo utilizado para sincronizar os relógios de um conjunto de computadores em redes de dados é:

- (A) NFS;
- (B) RTP;
- (C) ARP;
- (D) NTP;
- (E) SIP.

**68**

O protocolo LDAP define um padrão de comunicação para acessar e manter serviços de diretórios que organizam informações como uma estrutura hierárquica e permite fazer pesquisas em diferentes componentes. Com relação ao protocolo LDAP, analise as afirmativas a seguir.

I - Importação e exportação de informações do LDAP bem como requisições de atualização seguem o formato LDIF, o qual é um formato de texto para troca de dados.

II - Caracteres especiais, acentos e cedilhas não podem ser utilizados nos critérios de busca das pesquisas para recuperar registros.

III - Um DN consiste de um ou mais RDNs organizados em uma estrutura hierárquica, parecida com árvore, para identificar exclusivamente uma única entrada de diretório.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

**69**

Par trançado, cabo coaxial e fibra óptica são meios físicos que podem ser usados para transmitir um fluxo bruto de bits de uma máquina para outra. Em relação a esses meios de transmissão guiados, analise as afirmativas a seguir.

I - A fibra não é afetada por picos de voltagem, interferência eletromagnética ou quedas no fornecimento de energia.

II - Pares trançados possuem melhor blindagem que o cabo coaxial, e assim, podem se estender por distâncias mais longas em velocidades mais altas.

III - Uma topologia em anel é a única forma de se construir uma LAN usando fibras ópticas, porém, deve-se ter cuidado porque as fibras podem ser danificadas com facilidade se forem encurvadas demais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

**70**

Simple Mail Transfer Protocol (SMTP) é um protocolo de comunicação da Arquitetura da Internet utilizado para entregar mensagens de correio eletrônico.

Em relação aos comandos do protocolo SMTP, está correto o que se afirma em:

- (A) a transação é iniciada com o comando HELO que fornece a identificação do usuário originador;
- (B) as mensagens de correio eletrônico são entregues quando a máquina de origem estabelece uma conexão TCP com a porta 22 da máquina de destino;
- (C) uma vez que a conexão transporte é estabelecida, o comando MAIL é enviado para indicar a abertura do canal de transmissão;
- (D) o comando NOOP é utilizado para indicar que a transação corrente deve ser abortada;
- (E) o comando RCPT identifica um destinatário individual de uma mensagem; por isso, múltiplos destinatários são especificados por meio de múltiplos comandos RCPT.

**71**

João notou que nos últimos dias passou a receber mensagens em sua caixa de entrada de correio eletrônico em que consta como remetente o seu próprio e-mail. No entanto, esses e-mails nunca foram enviados por João, que desconfia que o problema tenha relação com alguma ação de cibercriminosos.

A técnica que altera o remetente da mensagem para induzir a vítima a clicar em links maliciosos é denominada:

- (A) spoofing;
- (B) phishing;
- (C) syn flood;
- (D) spyware;
- (E) backdoor.

**72**

Pedro quer enviar uma mensagem para Maria, porém o sigilo é importante nesta comunicação. Somente Maria deve ser capaz de ler a mensagem. Por outro lado, Maria precisa ter a garantia de que a mensagem foi enviada por Pedro.

Para garantir a autenticação do autor e a confidencialidade dos dados, será necessário utilizar:

- (A) dois algoritmos fortes de criptografia simétrica;
- (B) criptografia simétrica para garantir a autoria e assimétrica para ciframento dos dados;
- (C) dois pares de chaves públicas e privadas;
- (D) criptografia assimétrica para assinatura digital;
- (E) assinatura digital para autoria e um algoritmo de hashing para assegurar a confidencialidade.

**73**

O SIP é um protocolo de controle usado para iniciar, modificar ou encerrar sessões ou chamadas multimídia entre usuários.

Após iniciar uma sessão com SIP, porém, antes de estabelecer a chamada, o agente origem realiza uma verificação para saber os tipos de codificações suportados pelo agente destino.

Para realizar esta consulta ao agente destino, o método que deve ser utilizado no cabeçalho da mensagem SIP é:

- (A) TYPES;
- (B) OPTIONS;
- (C) REGISTER;
- (D) CODECS;
- (E) INVITE.

**74**

Analise o trecho de código ASP.NET MVC a seguir.

```
[HttpPost, ActionName("Delete")]
[ValidateAntiForgeryToken]
public ActionResult DeleteConfirmed(decimal id)
{
    Funcionario func = db.Funcionarios.Find(id);
    db.Funcionarios.Remove(func);
    db.SaveChanges();
    return
    RedirectToAction("Index", "Servidores");
}
```

Sobre o uso da instrução `[ValidateAntiForgeryToken]`, é correto afirmar que:

- (A) evita ataques do tipo cross-site scripting (XSS);
- (B) evita ataques de falsificação de dados e ataques baseados em tampering;
- (C) representa um atributo que é usado para detectar se um pedido SMTP do servidor foi violado;
- (D) funciona com base em cookies;
- (E) está implementado em uma View cshtml.



**75**

Analise o trecho de código ASP.NET MVC a seguir.

```
[HttpPost, ActionName("Delete")]
[ValidateAntiForgeryToken]
public ActionResult DeleteConfirmed(decimal id)
{
    Funcionario func = db.Funcionarios.Find(id);
    db.Funcionarios.Remove(func);
    db.SaveChanges();
    return
RedirectToAction("Index", "Servidores");
}
```

Sobre o retorno da instrução

```
return RedirectToAction("Index", "Servidores");
```

é correto afirmar que:

- (A) transfere o fluxo navegacional do usuário para a página definida na aplicação MVC como Default Web Site, ou seja, `Index`;
- (B) transfere o fluxo navegacional do usuário para a Action `Index` do Controller `Servidores`;
- (C) transfere o fluxo navegacional do usuário para a página `Servidores` abaixo do diretório `Index`;
- (D) a substituição da instrução `RedirectToAction("Index", "Servidores");` por `Redirect("Index", "Servidores");` não traria alteração de resultado para a aplicação;
- (E) a instrução `RedirectToAction("Index", "Servidores")` retorna um `ActionResult`, que é subtipo de `ViewResult`.

**76**

Ao criar um projeto ASP.NET MVC, por padrão, um arquivo chamado `_ViewStart.cshtml` é gerado na pasta Views. Sobre o uso de `ViewStart` no ASP.NET MVC, é correto afirmar que:

- (A) o código do arquivo `_ViewStart.cshtml` sempre é executado, independentemente da ação do programador;
- (B) o código do arquivo `_ViewStart.cshtml` é aplicado a todas as views da pasta corrente, mas não das subpastas;
- (C) o código do arquivo `_ViewStart.cshtml` não será executado se, em um método do controlador de uma página ASP.NET MVC, o programador retornar uma `PartialView()` ao invés de `View()`;
- (D) o código do arquivo `_ViewStart.cshtml` não será executado se em um método controlador for chamada a diretiva `RedirectToRoute` sem fazer referência a nenhuma `ViewStart`;
- (E) não é possível evitar a execução de uma `ViewStart` em um projeto ASP.NET MVC.

**77**

Augusto, funcionário do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, recebeu a incumbência de desenvolver o Sistema de Gestão Integrada de Usuários, chamado SIGUser. O SIGUser deve realizar a tarefa de autenticar e autorizar os servidores nos sistemas do tribunal. O tribunal possui uma base de dados SQLServer, *in loco*, com informações de login e senha de usuários. Muitas vezes, faz-se necessário acessar sistemas do tribunal durante a realização de inspeções externas nas jurisdicionadas. Augusto, então, decide pelo uso do ASP.NET Identity para realização da tarefa de autenticação e autorização do SIGUser. Sobre a tecnologia ASP.NET Identity e as razões que levaram Augusto a escolhê-la, é correto afirmar que:

- (A) a tecnologia ASP.NET Identity permite que os servidores do tribunal se autenticuem nos sistemas internos utilizando providers externos, como: Twitter, Facebook ou Google;
- (B) os sistemas internos do tribunal somente serão acessados se utilizadas informações da base de dados SQLServer, *in loco*, com informações de login e senha de usuários do tribunal;
- (C) apenas os sistemas ASP.NET MVC do tribunal poderão ser acessados utilizando o ASP.NET Identity;
- (D) a escolha do ASP.NET Identity por Augusto foi acertada e para cada sistema o usuário deverá ter sua própria senha na base SQLServer do tribunal;
- (E) os sistemas do tribunal poderão ser acessados utilizando ASP.NET Identity e o acesso dos perfis de administração, auditoria e TI deverá ser configurado no SQLServer.

**78**

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo precisa revitalizar seu Datacenter para atender a crescente demanda por espaço de armazenamento de dados digitais. Para isso, os seguintes requisitos foram definidos:

- 1 – os dispositivos de armazenamento devem se comunicar entre si e com os computadores por uma rede de alta velocidade (fibre channel);
- 2 – os dados devem ser acessados em blocos, em vez de arquivos, para se obter melhor desempenho; e
- 3 – a capacidade de armazenamento deve ser escalável.

Para atender esses requisitos, deve ser usada a tecnologia:

- (A) Storage Area Network (SAN);
- (B) Network Attached Storage (NAS);
- (C) Direct Attached Storage (DAS);
- (D) Common Internet File System (CIFS);
- (E) Serial Advanced Technology Attachment (SATA).

**79**

Em relação às políticas de proteção contra a perda ou destruição de dados em um Datacenter, analise as afirmativas a seguir.

I – Tecnologia de espelhamento de dados (mirroring) permite a recuperação na qual uma coleção de dados é copiada para outro site por meio de uma conexão não confiável.

II – Backups protegem os dados contra falhas de hardware, mau funcionamento de software e erros de usuários. Os dados devem ser copiados quando estão em um estado consistente.

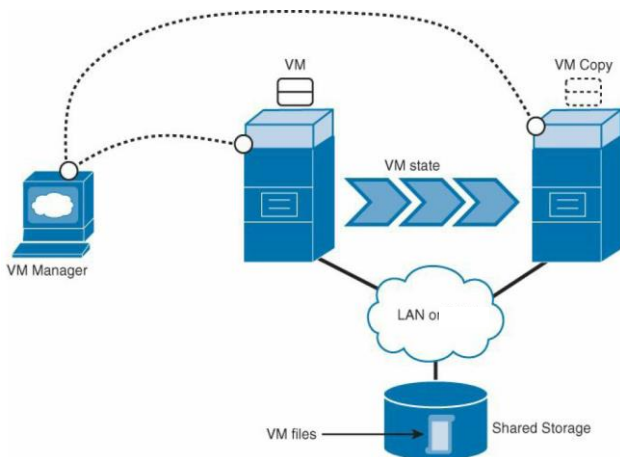
III – Replicação de dados é a técnica empregada quando duas ou mais cópias idênticas do dado são mantidas online em discos separados, também conhecida como RAID nível 1 ou disk shadowing.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

**80**

Observe o seguinte esquema de implementação de máquinas virtuais (VM) utilizando o VMware.



Fonte: *Data Center Virtualization Fundamentals (2014)*

Para transferir uma VM em execução de um host para outro, sem desligamento do servidor virtual e sem tempo de inatividade, é utilizado o:

- (A) vMotion;
- (B) Hypervisor;
- (C) vCenter Server;
- (D) Fusion;
- (E) Trivial File Transfer Protocol (TFTP).

**81**

Preocupado com a continuidade da execução das atividades que são apoiadas por serviços de Tecnologia da Informação (TI), o Gerente de um Datacenter quer otimizar os recursos da sua infraestrutura de TI para que esta seja capaz de:

1 – ajustar seus componentes para que a demanda computacional seja distribuída o mais rápido possível pelos seus recursos físicos; e

2 – continuar executando suas funções quando um ou mais componentes falham.

Para isso, a infraestrutura de TI deve ser capacitada, respectivamente, com:

- (A) replication e mirroring;
- (B) scalability e switch-over;
- (C) high availability e swapping;
- (D) redundancy e striping;
- (E) load balancing e failover tolerance.

**82**

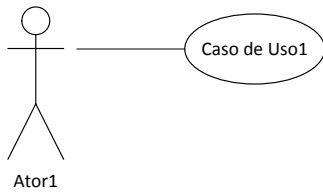
Software, assim como todos os sistemas complexos, evolui ao longo do tempo. Modelos de processos evolucionários reconhecem a natureza iterativa e incremental da maioria dos projetos de engenharia de software e são projetados para adequar mudanças. Os modelos a serem utilizados em um processo evolucionário são:

- (A) cascata e modelo V;
- (B) prototipação e modelo espiral;
- (C) concorrente e métodos formais;
- (D) incremental e baseado em componentes;
- (E) processo unificado e orientado a aspectos.

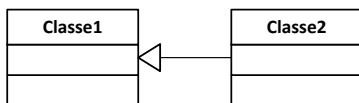
83

A documentação de requisitos pode ser feita combinando modelos e linguagem natural. A alternativa que ilustra o diagrama utilizado para documentar requisitos pela perspectiva estrutural é:

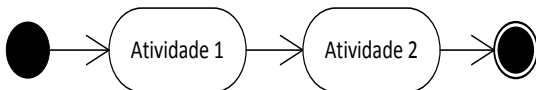
(A)



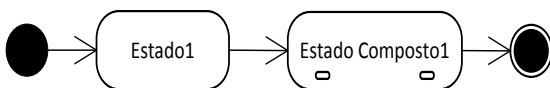
(B)



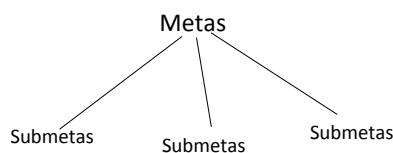
(C)



(D)



(E)



84

Diante da crescente demanda por automatização de processos de negócio, o gerente de desenvolvimento de sistemas de informação busca a maximização do reúso de software. A abordagem de reúso que utiliza abstrações genéricas, não incluindo detalhes de implementação, que mostram objetos abstratos e concretos e interações, é:

- (A) design pattern;
- (B) desenvolvimento baseado em componentes;
- (C) framework de aplicação;
- (D) sistemas orientados a serviços;
- (E) bibliotecas de programas.

85

Em Javascript, considere o trecho de código a seguir:

```

function base(x)
{
    return function produto(y)
    {
        return x * y;
    }
}

var f = base(2);
var g = base(-1);
  
```

Após as duas atribuições, supondo que os valores de  $f$  e  $g$  não mudem, a avaliação da expressão

$$f(2) + g(-1)$$

produzirá o valor:

- (A) 5;
- (B) 4;
- (C) 3;
- (D) 2;
- (E) 1.

86

Como resposta a uma requisição AJAX, o script executando no servidor envia para o cliente a cadeia de caracteres seguinte, no formato JSON:

```
{ "nome": "Martin", "id": 1299, "v": [3,2] }
```

que é recebida no seguinte campo do objeto **XMLHttpRequest**, em Javascript:

- (A) responseString;
- (B) serverResponse;
- (C) responseText;
- (D) JSONResponse;
- (E) JSONResponseString.

**87**

Considere a requisição AJAX construída, no cliente, através da chamada à seguinte função em Javascript:

```
function send (msg)
{
var message = "GET=' " + msg + "'";

var ajax = new XMLHttpRequest ();

ajax.onreadystatechange = function ()
{
    if (this.readyState == 4 &&
        this.status == 200)
        alert (this.responseText);
}

ajax.open ("POST", "PUT.PHP", true);

ajax.setRequestHeader ("Content-type",
    "application/x-www-form-urlencoded");
ajax.setRequestHeader ("Content-length",
    message.length);
ajax.setRequestHeader ("Connection",
    "close");

ajax.send (message);
}
```

O método HTTP utilizado na requisição ao servidor será, neste caso:

- (A) PUT;
- (B) POST;
- (C) GET;
- (D) HEAD;
- (E) SEND.

**88**

Na presença da seguinte declaração CSS:

```
.center
{
    text-align: center;
    color: red;
}
```

serão centralizados e coloridos de vermelho os textos incluídos:

- (A) nos elementos HTML `<center>...</center>`;
- (B) nos elementos que possuem atributo `id="center"`;
- (C) nos elementos que possuem atributo `class="center"`;
- (D) nos elementos que possuem atributo `name="center"`;
- (E) na seção `<center>` do documento.

**89**

Numa instalação SQL Server 2012, o comando `Transact-SQL shutdown`, quando usado sem a opção `with no wait`, faz com que o sistema desabilite os logins correntes, exceto para membros de `sysadmin` e `serveradmin`, e aguarde o término dos comandos T-SQL ou stored procedures que estejam sendo executados.

Nessa situação, uma procedure útil para descobrir os processos em curso é:

- (A) `sp_depends`;
- (B) `sp_actualusers`;
- (C) `sp_who`;
- (D) `sp_active`;
- (E) `sp_current`.

**90**

Analise o extrato de um acórdão do Tribunal de Contas da União mostrado a seguir.

(Textos extraídos de itens do Acórdão)

9.3 alertar [o Órgão] quanto à:

3. insuficiência de cláusulas contratuais, decorrente do descumprimento do item – “identificando segurança da informação nos acordos com terceiros” da NBR 27002 e do art. 12, II, da IN SLTI/MPOG 04/2008;

O trecho entre aspas faz parte, na norma, da seção:

- (A) Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de SI;
- (B) Gestão de Ativos;
- (C) Organizando a Segurança da Informação;
- (D) Política de Segurança da Informação;
- (E) Segurança Física e do Ambiente.

**91**

No âmbito do PMBoK 5, são processos da área de conhecimento “Integração”:

- I. Desenvolver o termo de abertura do projeto.
- II. Desenvolver o plano de gerenciamento do projeto.
- III. Orientar e gerenciar o trabalho do projeto.
- IV. Monitorar e controlar o trabalho do projeto.
- V. Realizar o controle integrado de mudanças.
- VI. Encerrar o projeto ou fase.

Desses processos, inclui-se no grupo de processos “Execução” apenas:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) IV;
- (D) V;
- (E) VI.

**92**

Analise o código VB NET mostrado a seguir.

```
Module Module1

    Sub Main()
        X(1, Function(p1) IIf(p1 > 0, p1 - 1, 0))
        X(10, Function(p1) 1 / p1 / p1)
    End Sub

    Sub X(ByVal valor As Int16, _
        ByVal F As Func(Of Integer, Single))
        Console.WriteLine(F(valor))
    End Sub

End Module
```

O resultado exibido no console é:

- (A) 0  
1
- (B) 0  
0,1
- (C) 1  
0
- (D) 0  
0,01
- (E) 1  
0,01

**93**

No contexto da WPF (Windows Presentation Foundation), o controle que pode conter coleções de objetos de tipos variados (tais como image e panel) compartilhando o mesmo espaço da tela é conhecido como:

- (A) DataGrid;
- (B) GridView;
- (C) Slider;
- (D) TabControl;
- (E) TreeView.

**94**

Com relação ao ambiente VB .NET, considere o trecho de código a seguir:

```
Dim L As Button = New Button
...
AddHandler L.Click, AddressOf OnControlesClic
```

Uma assinatura adequada para OnControlesClic é:

- (A) (sender As Object, e As System.EventArgs)
- (B) (sender As Form, e As System.EventArgs, x as cursor.Position, y as cursor.position)
- (C) (sender As Object, e As Form)
- (D) (sender As Button)
- (E) (sender As System.EventArgs)

**95**

Observe o código VB .NET a seguir.

```
Private Class csAluno
    Public Property Matricula As Integer
    Public Property Nome As String
End Class
Private Class csDisciplina
    Public Property Matricula As Integer
    Public Property Codigo As String
    Public Property Creditos As Decimal
End Class
Sub Main()
    Dim alunos = ListaDeAlunos()
    Dim disciplinas = ListaDeDisciplinas()

    Dim QR = ...
    For Each L In QR
        Console.WriteLine(L.Matricula & " " & _
            L.Nome & " " & L.TotCred)

        For Each LL In L.AlunoDisciplinas
            Console.WriteLine("->" & LL.Codigo & _
                " " & LL.Creditos)

        Next
    Next
End Sub
```

Dado que as funções *ListaDeAlunos* e *ListaDeDisciplinas* retornam, respectivamente, listas dos tipos *List(Of csAluno)* e *List(Of csDisciplina)*, a definição para a consulta LINQ QR, compatível com o restante do código, é:

- (A) Dim QR = From al In alunos  
Group Join disc In disciplinas On al.Matricula Equals disc.Matricula,  
TotCred = Sum(disc.Creditos)  
Select al.Nome, al.Matricula, AlunoDisciplinas, TotCred
- (B) Dim QR = From al In alunos  
Into(AlunoDisciplinas = Group, TotCred = Sum(disc.Creditos))  
Select al.Nome, al.Matricula, AlunoDisciplinas, TotCred
- (C) Dim QR = From al In alunos  
Group Join disc In disciplinas On al.Matricula Equals disc.Matricula  
Into AlunoDisciplinas = Group  
Select al.Nome, al.Matricula, AlunoDisciplinas, \_  
TotCred = Sum(disc.Creditos)
- (D) Dim QR = From al In alunos  
Join disc In disciplinas On al.Matricula Equals disc.Matricula  
Into(AlunoDisciplinas = Group, TotCred = Sum(disc.Creditos))  
Select \*
- (E) Dim QR = From al In alunos  
Group Join disc In disciplinas On al.Matricula Equals disc.Matricula  
Into AlunoDisciplinas = Group, TotCred = Sum(disc.Creditos)  
Select al.Nome, al.Matricula, AlunoDisciplinas, TotCred

96

Considere as tabelas relacionais, e respectivas instâncias, mostradas a seguir.

X1	X2		X3
A	C	D	B
1	1	1	1
2	1	3	3
3	1	5	5
4	2	1	
5	2	3	
	3	1	
	3	1	

O comando SQL

```
select A from X1 where
  not exists
    (select * from X3 where
      not exists
        (select * from X2 where
          X1.A=X2.C and X3.B=X2.D))
```

produz um resultado com apenas uma coluna, cujo(s) valor(es) é/são:

- (A) 1
- (B) 1,2,3
- (C) 4,5
- (D) 1,2,3,4,5
- (E) NULL

97

Considere a tabela relacional criada pelo comando

```
create table xx
(a int null, b int null, c int null)
```

Depois de instanciada com um conjunto de registros, os seguintes comandos foram executados:

```
select count(*) from XX
select count(distinct A) from XX
select count(distinct B) from XX
select count(*) from XX where C>10
select count(*) from XX where not C>10
```

Sabendo-se que esses comandos produziram como resultado, respectivamente, os números 10, 10, 0, 0 e 5, analise as quatro alternativas para a definição da tabela XX:

- I.
 

```
CREATE TABLE XX(
  A int NULL,
  B int NULL,
  C int NULL )
```
- II.
 

```
CREATE TABLE XX(
  A int primary key,
  B int NULL,
  C int NULL )
```
- III.
 

```
CREATE TABLE XX(
  A int NULL,
  B int NULL,
  C int )
```
- IV.
 

```
CREATE TABLE XX(
  A int,
  B int primary key,
  C int NULL )
```

A lista com todos os comandos que são válidos e compatíveis com a instância corrente da tabela é:

- (A) I, II;
- (B) I, II, III;
- (C) II, IV;
- (D) I, III;
- (E) IV.

**98**

*Views* criadas nos bancos podem, de acordo com alguns critérios, ser naturalmente atualizáveis, o que significa, por exemplo, que podem ser objeto de comandos *update* do SQL sem a necessidade de mecanismos auxiliares ou *triggers*. Essa característica depende da expressão SQL que define a *view* e das tabelas/*views* de origem.

Considere alguns tipos de construções SQL que podem ser empregadas na definição de uma coluna de uma *view*:

- I. funções de agregação, tais como *sum*, *avg*
- II. funções escalares, tais como *sin*, *trim*
- III. expressões aritméticas
- IV. expressões condicionais, tais como *case*
- V. literais
- VI. subconsultas

Está correto concluir que uma determinada coluna NÃO pode ser objeto de atualização quando resultar de qualquer dos tipos:

- (A) apresentados, exceto I, II e III;
- (B) apresentados, exceto III e IV;
- (C) apresentados, exceto V;
- (D) apresentados, exceto VI;
- (E) apresentados.

**99**

Analise os três comandos a seguir e as afirmativas a respeito de seus efeitos no âmbito do MS SQL Server.

```
delete from x
truncate table x
drop table x
```

I. O comando *delete* e o comando *truncate* removem o mesmo conjunto de registros da tabela X.

II. O comando *drop*, quando usado com a opção “with no removal”, produz exatamente o mesmo efeito do comando *truncate*.

III. Devido às suas características operacionais, o comando *delete* é usualmente executado muito mais rapidamente que o comando *truncate*.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

**100**

Bancos de dados *snapshot* constituem um recurso que pode ser útil para estratégias de recuperação de dados nas instalações MS SQL Server. Um banco de dados do tipo *snapshot* está associado a um banco de dados de origem (*source*).

Sobre esse mecanismo, analise as afirmativas a seguir.

I. No momento da sua criação, bancos *snapshot* armazenam uma cópia de todas as páginas do banco de origem.

II. *Snapshots* ocupam sempre o mesmo espaço que é ocupado pelo banco de origem, pois cada página do banco de origem tem sempre uma e apenas uma cópia.

III. Uma página do banco de origem, no seu estado original, é copiada para o *snapshot* somente quando ela é alterada pela primeira vez no banco de origem.

IV. As operações de leitura direcionadas para o *snapshot* jamais requerem o uso de dados do banco de origem.

V. Bancos *snapshot* permitem consultas que refletem os dados no estado em que se encontravam no momento da criação do *snapshot*.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I, II e III;
- (B) I, II e IV;
- (C) III, IV e V;
- (D) III e V;
- (E) IV e V.

Realização

 **FGV PROJETOS**